



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento n° 2586/2024

Processo Número: 24957/2024 | Data do Protocolo: 15/10/2024 15:02:46

Requerimento de constituição de Comissão de Representação



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100370030003700340036003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão de Representação a fim de representar a Assembleia Legislativa de São Paulo em em Brasília no dia 22/10/2024 na Audiência Pública a Ser realizada no Supremo Tribunal Federal - STF para discussão sobre escolas cívico-militares na rede pública de SP, sem ônus para esta casa.

JUSTIFICATIVA

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão de Representação a fim de que o Deputado Guto Zacarias represente a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na audiência pública para discutir o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo, a ser realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 22 de Outubro de 2024, em Brasília/DF, sem ônus para este Poder.

JUSTIFICATIVA

Em convocação foi feita pelo ministro Gilmar Mendes, relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7662 e 7675, apresentadas contra a Lei Complementar nº 1.398, de 28/05/2024, a qual Institui o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo e dá providências correlatas, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp, compete-nos atender o Ato Convocatório para contribuir com esclarecimentos técnicos, políticos e socais sobre o tema.

Vale ressaltar que a solicitação não implicará em ônus para este Poder, e tornará possível representatividade desta Casa Legislativa, por meio da presença do parlamentar que subscreve no Supremo Tribunal Federal para elucidar que a lei estabelece que a Secretaria da Educação será responsável pelo currículo pedagógico das unidades cívico-militares, formação continuada de professores e adequação física das escolas. Enquanto a Secretaria da Segurança Pública vai indicar policiais militares da reserva para atuar como monitores, além de desenvolver atividades extracurriculares e organizar a disciplina e a segurança nas unidades.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Guto Zacarias



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200300039003600350038003A005000

Assinado eletronicamente por **Guto Zacarias** em 15/10/2024 12:21

Checksum: **E1E62532CA9A5C979025E5B9C273C876E6473667E10D6DB81AEF07AA8D377E48**

Assinado eletronicamente por **Major Mecca** em 15/10/2024 12:27

Checksum: **D4A31C0481B297B39F1082A6561BAC3B77E4DCB198E7EBD67AA6DB4AD35455AF**

Assinado eletronicamente por **Altair Moraes** em 15/10/2024 12:32

Checksum: **7DDF1E115EF23D88CE14266AB903EC897DA0B00C8BD7250C1E78883832026915**

Assinado eletronicamente por **Danilo Campetti** em 15/10/2024 12:33

Checksum: **15AAA32A4F5785ACC89B13B5EA14EE50276C4E81E28058F0C1C9EB281425066A**

Assinado eletronicamente por **Vitão do Cachorrão** em 15/10/2024 13:32

Checksum: **7F90CE2A2E1B560F094F31C012BD154A02CB43A12302D6CB1673CD1E2E46B78A**

Assinado eletronicamente por **Tenente Coimbra** em 15/10/2024 13:43

Checksum: **9BC0E1DE70D62CA214DCD7A589BBE1EBA9D582CF8579A8C01376C8F8EA59B11D**

Assinado eletronicamente por **Barros Munhoz** em 15/10/2024 14:04

Checksum: **B6917C454FF0C0A734A936F6241C182E0946CF7ECD45DB979D5058F7106AC8BF**

Assinado eletronicamente por **Lucas Bove** em 15/10/2024 14:08

Checksum: **40983DD9CB489AEB9E670AD19A44E250631832959E31FE3F424DC4EED76C7730**

Assinado eletronicamente por **Milton Leite Filho** em 15/10/2024 14:08

Checksum: **689ED15A2D802B5B406082D0B7FD66FC0C2F0BE5574543988C5C47CFD939FE82**

Assinado eletronicamente por **Felipe Franco** em 15/10/2024 14:10

Checksum: **68DD84F072FF185FFFB0A048C52EDAE9F522DF48FE00A90EA261676F70F431087**

Assinado eletronicamente por **Rafael Saraiva** em 15/10/2024 14:14

Checksum: **9FC4507DFA2D791BA181635EF96943708989F37A378CC2A55BBFBAAB0F5954C7**

Assinado eletronicamente por **Daniel Soares** em 15/10/2024 14:39

Checksum: **E8D599B80FBB28184989497B54AFF18C79763B98AAA60A61530453E57BE7DCDE**

Assinado eletronicamente por **Rafa Zimbaldi** em 15/10/2024 14:40

Checksum: **82CF874BC3D0E836DD77904AF306B25A2FFF9F964B9370F6A5707E35D3F3EE3C**

Assinado eletronicamente por **André Bueno** em 15/10/2024 14:46

Checksum: **2345ACE786DE475FF0CF7C370EDE2F0F457E14EBCA53120212E5C29C70CAFF7C**

Assinado eletronicamente por **Gilmaci Santos** em 15/10/2024 14:50

Checksum: **AF47B5A469D2B0FA5E3FFF64715D14F695F9BCF0DD0592F1E14BAF2212407130**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200300039003600350038003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200300039003600350038003A005000

Assinado eletronicamente por **Dr. Eduardo Nóbrega** em 15/10/2024 14:53

Checksum: **FE44A174EFEFCA3DE47C9DED3495A12D678FBC29725484474B5050750ED66FCB**

Assinado eletronicamente por **Solange Freitas** em 15/10/2024 15:18

Checksum: **C50B81726E26127A02AB8454A9FF33DF7CDE4E551BEBB0F5941053C0ADD0284B**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200300039003600350038003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.662 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S)	: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL)
ADV.(A/S)	: RAISSA MELO SOARES MAIA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO: Em decisão anterior (eDOC. 63), convoquei **audiência pública** com o objetivo de colher subsídios para aferir a constitucionalidade da Lei Complementar 1.398/2024, do Estado de São Paulo, que “*Institui o Programa Escola Cívico Militar*”.

Na referida deliberação, foram estabelecidas orientações gerais e requisitos para fins de recebimento das inscrições de participação como expositor no referido ato processual.

Foram recebidos mais de 70 pedidos de habilitação no endereço eletrônico adi7662audiencia@stf.jus.br. Além disso, foram expedidos convites a autoridades e representantes da sociedade civil com *expertise* no assunto.

Pedidos deferidos

Com base nos critérios previamente estabelecidos – representatividade, especialização técnica, diversidade de gênero, *expertise* e garantia de pluralidade de opiniões, com paridade de pontos de vista –, defiro a participação das seguintes entidades e expositores, **sem prejuízo do envio de contribuições por escrito por aqueles que não foram admitidos para expor oralmente suas razões, em virtude das limitações de tempo e espaço:**

- Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES e a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação

(RePME), representados por Catarina de Almeida Santos;

- Rede Escola Pública e Universidade (REPU), representada por Fernando Cássio;

- Carlota Boto, diretora da Faculdade de Educação da USP;

- Observatório Nacional da Violência contra Educadoras(es) (ONVE), representado por Fernando de Araújo Penna;

- Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, representada por Bárbara de Oliveira Lopes;

- Deputada Federal Luciene Cavalcante e Deputado Estadual Carlos Giannazi;

- Secretaria de Educação do Estado do Paraná, representada por Kelsen Christina Zanotti Tonelo;

- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), representada por Miriam Fábila Alves;

- Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), representada por Salomão Barros Ximenes;

- Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, representado por Gabriele Estábile Bezerra e/ou Luis Gustavo Cordeiro Sturion;

- Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, representada pelo Sandro Torres Avelar;

- Carlos Henrique Coelho de Campos (Coronel Henrique) — Deputado Estadual/MG;

- Grupo Candango de Criminologia, representado por Ela Wiecko Volkmer de Castilho;

- Gilson Passos de Oliveira – Ex-diretor do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e consultor da SEDUC/SP;

- Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim, representado por Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira;

- Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), representado por Lucas Sachsida Junqueira Carneiro;

ADI 7662 / SP

- Instituto Vladimir Herzog, representado por André Matheus e Hamilton Harley;
- Associação Mineira de Inspetores Escolares – AMIE, representado por Geovanna Passos Duarte;
- Élica Graziane Pinto (Procuradora do MP de Contas do Estado de SP);
- Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo – APEOESP, representado por Fábio Santos de Moraes e Maria Izabel Azevedo Noronha;
- Matheus Coimbra Martins de Aguiar (Tenente Coimbra) – Deputado Estadual/SP;
- Augusto Zacarias Corrêa Leite (Guto Zacarias) – Deputado Estadual/SP;
- Simão Pedro Chiovetti (Simão Pedro) – Deputado Estadual/SP;
- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT, representada por Nágila de Moura Brandão e/ou Sandro Luiz Charnoski;
- Associação Nacional de Juristas Pelos Direitos Humanos LGBTI (ANAJUDH-LGBTI), representada por Lígia Ziggiotti de Oliveira;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Buritis – MG, representada por Eliene Aparecida Teixeira da Silva;
- Luciana Medeiros Gomes Raulino – Integradora Regional de Educação da Grande Florianópolis;
- Douglas Grzebieluka – Diretor do Colégio Cívico-Militar Professor Colares - Ponta Grossa/PR

Convém salientar que, diante do volume de inscrições, a seleção dos habilitados priorizou o binômio representatividade e diversidade. Isso significa que, ao tempo em que a abrangência de entidades associativas foi especialmente ponderada, também a pluralidade de experiências institucionais foi valorada, como forma de evitar a sobreposição ou a repetição desnecessária de pontos de vista.

ADI 7662 / SP

A par desse aspecto, não foram admitidas pessoas jurídicas que, por não ostentarem natureza coletiva ou associativa, veiculariam pretensões individuais e interesses concretos, incompatíveis com o rito das ações de controle concentrado de constitucionalidade, tampouco com a finalidade da audiência pública.

De toda forma, é facultado a todos os inscritos -- inclusive aqueles que não foram selecionados para atuar como expositores -- o envio por escrito de suas contribuições, até a data de realização da referida audiência pública (**22.10.2024**), para o endereço eletrônico adi7662audiencia@stf.jus.br.

Tais expedientes serão incorporadas ao relatório final da audiência pública.

Caso queiram utilizar recursos audiovisuais, **os participantes admitidos a atuar como expositores** deverão encaminhar os respectivos arquivos até o dia **17.10.2024** para o endereço eletrônico adi7662audiencia@stf.jus.br.

Data de realização da audiência pública e ordem dos trabalhos

A Audiência Pública será realizada na Sala de Sessões da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na data de **22.10.2024**(terça-feira), **de 9h às 12h30 e de 14h às 16h30**.

É facultado aos habilitados participar da audiência por videoconferência, hipótese na qual devem informar ao Tribunal tal interesse até 16h do dia **17.10.2024**, no endereço virtual adi7662audiencia@stf.jus.br.

A ordem das exposições seguirá a programação prevista no anexo desta decisão.

Metodologia da Audiência Pública

Nos termos do cronograma em anexo, os participantes habilitados

serão distribuídos **em dois períodos (manhã e tarde)**, devendo obedecer rigorosamente ao tempo atribuído para expor suas posições sobre as questões apontadas na decisão convocatória, bem como sobre os demais temas que surgirem durante a audiência.

Após o final de cada período (manhã e tarde), o Ministro Relator e Presidente da audiência poderá instaurar espaço de diálogo, debate e reação às exposições, para que **as dúvidas e os questionamentos**, desde que de **interesse do processo e do Tribunal**, possam ser esclarecidos, no tempo máximo de **3 (três) minutos** para cada expositor indagado pelo Relator.

Orientações gerais aos interessados

Reitere-se que não é necessária inscrição para assistir presencialmente à audiência pública, a qual também será transmitida pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, nos termos do Regimento Interno do STF (art. 154, parágrafo único, V), com sinal aberto para as demais emissoras interessadas.

Demais dúvidas podem ser sanadas em consulta ao *site* do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br), na aba “Processos”, “Audiências Públicas” e, posteriormente, em “Perguntas Frequentes”.

Publique-se.

Brasília, 10 de outubro de 2024.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente

A N E X O

Programação da Audiência Pública

Dia 22.10.2024 (terça-feira)

Manhã, das 9h às 12h30

9h – Abertura dos Trabalhos – Ministro Gilmar Mendes

9h10 – Representantes do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL (autor da ADI 7.662/SP – 15min);

9h25 – Representantes do Partido dos Trabalhadores – PT (autor da ADI 7.675/SP – 15min);

9h40 – Poder Executivo do Estado de São Paulo (SP) – 30min;

10h10 – Deputada Federal Luciene Cavalcante e Deputado Estadual Carlos Giannazi (10min);

10h20 – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), representado por Lucas Sachsida Junqueira Carneiro(10min);

10h30 – Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, representado por Gabriele Estábile Bezerra e/ou Luis Gustavo Cordeiro Sturion(10min);

10h40 – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT, representada por Nágila de Moura Brandão e/ou Sandro Luiz Charnoski (10min);

10h50 – Élidea Graziane Pinto – Procuradora do MP de Contas do Estado de SP(10min);

ADI 7662 / SP

11h – Secretaria de Educação do Estado do Paraná, representada por Kelsen Christina Zanotti Tonelo (10min);

11h10 – Simão Pedro Chiovetti (Simão Pedro) – Deputado Estadual/SP (10min);

11h20 – Matheus Coimbra Martins de Aguiar (Tenente Coimbra) – Deputado Estadual/SP (10min);

11h30 – Carlota Boto, diretora da Faculdade de Educação da USP (10min);

11h40 – Augusto Zacarias Corrêa Leite (Guto Zacarias) – Deputado Estadual/SP (10min)

11h50 – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), representada por Salomão Barros Ximenes (10min);

12h – Carlos Henrique Coelho de Campos (Coronel Henrique) – Deputado Estadual/MG (10min);

12h10 – Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo – APEOESP, representado por Fábio Santos de Moraes e Maria Izabel Azevedo Noronha (10min);

12h20 – Encerramento dos Trabalhos pelo turno matutino

Tarde, das 14h às 16h30

14h – Gilson Passos de Oliveira – Ex-diretor do Programa Nacional

ADI 7662 / SP

das Escolas Cívico-Militares e consultor da SEDUC/SP (10min);

14h10 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), representada por Miriam Fábila Alves (10min);

14h20 – Associação Mineira de Inspetores Escolares – AMIE, representada por Geovanna Passos Duarte (10min);

14h30 – Associação Nacional de Juristas Pelos Direitos Humanos LGBTI (ANAJUDH-LGBTI), representada por Lígia Ziggotti de Oliveira (10min);

14h40 – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, representada pelo Sandro Torres Avelar (10min);

14h50 – Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES e a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME), representados por Catarina de Almeida Santos (10min);

15h – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Buritis – MG, representada por Eliene Aparecida Teixeira da Silva (10min);

15h10 – Rede Escola Pública e Universidade (REPU), representada por Fernando Cássio (10min);

15h20 – Observatório Nacional da Violência contra Educadoras(es) (ONVE), representado por Fernando de Araújo Penna (10min);

15h30 – Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, representada por Bárbara de Oliveira Lopes (10min);

15h40 – Luciana Medeiros Gomes Raulino – Integradora Regional de

ADI 7662 / SP

Educação da Grande Florianópolis (10min);

15h50 – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim, representado por Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira (10min);

16h – Douglas Grzebieluka – Diretor do Colégio Cívico-Militar Professor Colares - Ponta Grossa/PR (10min);

16h10 – Grupo Candango de Criminologia, representado por Ela Wiecko Volkmer de Castilho (10min);

16h20 – Instituto Vladimir Herzog, representado por André Matheus e Hamilton Harley (10min);

16h30 – Encerramento dos trabalhos – Ministro Gilmar Mendes